

**Projeto de pesquisa:
África, afro descendentes e o Ensino de História.**

ARAÚJO, Fábio Martins de¹;
TEDESCO, Maria do Carmo F.²
MORAES, Cristina de Cássia Pereira de³

Palavras-chaves:

África – História – Educação - Pluralidade Cultural

Justificativa:

O reconhecimento do Sistema de Ensino em sua função construtora de cultura, memória e identidade é a expressão maior do passo do Estado em busca de um projeto educativo que promova a diversidade. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o ensino em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana caracterizam um momento fundamental na construção de uma nova perspectiva sobre o papel da História em sua função elementar, promover a consciência histórica.

Segundo o Conselho Nacional de Educação, as políticas de promoção da igualdade racial são políticas de reparações, de reconhecimento e valorização de ações afirmativas. É o Estado e a sociedade tomando medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista. São medidas que concretizam o combate ao racismo e as mais diversas formas de discriminação. Esta é uma vitória do Movimento Negro, fazer o Estado reconhecer o processo de exclusão perpetuado nos cotidianos das práticas sociais.

Poucas leis foram construídas com vista a interferir de forma incisiva sobre os dados da dinâmica social diretamente ligado à possibilidade de promoção da população negra. Este é um longo processo, no qual reproduzimos os arcaicos preconceitos herdados das sociedades coloniais no Brasil, construído por uma cristandade medieval e afirmados nas relações de exploração trabalho escravo e pós-abolicionista.

Este trabalho justifica-se pelo momento acadêmico de debate. A necessidade de envolver professores e comunidade acadêmica na discussão sobre a condição do negro na nossa sociedade. Compreender relações de poder, dadas através do contato entre as tradições do Ocidente Cristão e o mundo de tradições da África Negra, tornou-se objeto da nossa pesquisa.

Este debate possibilita a ampliação das propostas de novos conteúdos relacionados ao ensino da história das sociedades africanas, assim como as relações entre Brasil e África e os estudos das características das culturas brasileiras em seus mais variados processos sincréticos de formação. A experiência institucional brasileira é clara em sua negação às raízes culturais de origem indígena e africana. A afirmação de uma ideologia que pretende impor-se como superior nega as culturas africanas, portanto, nega tradições às quais muitos descendem.

¹ Aluno bolsista PROLICEN 2006

² Professora coorientadora CEPAE-UFG

³ Professora orientadora FCHF-UFG (crmoraes@fchf.ufg.br)

Objetivo:

O objetivo é incorporar uma nova perspectiva na análise das origens da diversidade cultural que marca nossa sociedade, elaborando uma história do negro no Brasil em sua ponte cultural com a África. Faz-se urgente e necessária a revisão dos currículos e livros escolares que têm minimizado a participação desse segmento na formação da sociedade.

Os objetivos específicos são: promover o estudo da História da África na perspectiva da diversidade cultural que marca a história dos povos daquele continente; construir temas para o estudo da história africana e dos afro-descendentes a partir de problemáticas relacionadas ao presente momento; sistematizar informações sobre as transformações culturais dos povos africanos e dos afro-descendentes; investigar a historiografia acerca da escravidão no Brasil para analisar as transformações teóricas e metodológicas desse campo.

Metodologia:

As Diretrizes Curriculares Nacionais propõem a educação das relações étnico-raciais, uma reeducação das relações entre negros e brancos, o que depende de um conjunto entre os processos educativos escolares, Políticas Públicas e movimentos sociais, visto que mudanças culturais não se limitam às escolas. O que se pretende é que o ensino de História, como os das demais disciplinas, desencadeie um processo de reflexão comum a alunos e professores e torna imprescindível a compreensão da luta contra o racismo dentro de uma dimensão histórica. Não se trata de mudar o foco etnocêntrico marcadamente europeu para outro africano, mas sim de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural e sócio-econômica.

Esta sendo atribuído ao Ensino Básico a responsabilidade de acabar com o reducionismo escravista que envolve a identidade das populações negras, e iniciar o reconhecimento destes na participação da construção das culturas brasileiras.

Complexo em sua composição multi-étnica e pluricultural, as organizações escolares no Brasil devem compor o espaço de garantia aos direitos de aprender e ampliar o conhecimento sobre si mesmo. A história ensinada nas escolas é um elemento formador de memória coletiva, cria noções de grupos, tempo, espaço e, portanto, torna-se uma produção de discurso identitário.

Os termos negros e africanos constituem até então sinônimos de um povo cuja identidade é ter sido escravo. A mesma idéia possuímos da África, desprovida de identidades. Não conseguimos imaginá-la habitada por povos diferentes com culturas diversas, marcada por uma diversidade ecológica que exigiu de suas habitantes respostas diferentes para garantir a sua integração e sobrevivência. O que ocorre é uma naturalização da escravidão como um fenômeno histórico, econômico e cultural derivado da história européia.

Parece fundamental desvincular a história das sociedades africana da História eurocêntrica. Abandonar a ocultação sistemática da história africana resultado da discriminação a que foi submetido o negro na Idade Moderna como povos inferiores, bárbaros e primitivos.

As manifestações das culturas negras africanas e afro-descendentes são as expressões da resistência à dominação exercida pela ideologia discriminatória que despreza estas culturas. Tais manifestações cotidianas podem ser utilizadas neste trabalho como instrumento de valorização de raízes identitárias.

Novas propostas educativas pressupõem a renovação dos paradigmas científicos e metodológicos para a compreensão das relações interculturais que se definiram no Brasil e para o trabalho com o reconhecimento da multiculturalidade. Trata-se de uma educação para a diversidade e para a promoção da igualdade de oportunidades.

A historiografia deve se pautar em um trabalho a evitar uma História linear e eurocêntrica. A Análise de temas como racismo, intolerância religiosa e cultural deve

estimular o estudante a perceber-se como sujeito histórico em sua condição de vida e suas heranças culturais. O conhecimento histórico deve ser mostrado como uma construção.

Questionar a ausência da história africana nos currículos nacionais, romper com a concepção de tempo histórico evolutivo e progressista, avaliar rupturas e permanências, compreender relações hegemônicas e, principalmente, fornecer aos estudantes instrumentos que o faça se perceber como agente histórico são passos fundamentais.

A inclusão de temas como História da África gera uma dupla preocupação. A própria concepção de História em sua dinâmica de processos e o aspecto pedagógico de construção de identidade.

Conclusão:

Está dada uma questão que se coloca sobre o projeto educativo que a História pode levar a cabo. Uma nova abordagem historiográfica sobre África e a cultura afro-brasileira, o que exige o reconhecimento da pluralidade que às constituem. Como levar estas discussões às salas de aula? Como promover a tolerância e o respeito a partir das discussões das ciências humanas e suas contribuições conceituais?

Refletir sobre as contribuições da História para promoção da igualdade racial, para o reconhecimento à alteridade cultural e étnico-racial, com o objetivo de uma formação multicultural, é uma hipótese viável.

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura afro-brasileira nos currículos da Educação Básica trata-se de uma decisão política. As políticas afirmativas propostas pelo Estado carregam em si o discurso da correção de injustiças, correção dos modelos de desenvolvimento excludentes. De fato a lei 10.693/03 representa, de forma muito significativa, este momento. O Estado reconhece que se omitiu e evidencia um longo processo de discriminações e exclusões da população negra e seus valores culturais.

Promover a inclusão social valorizando a riqueza étnico-racial é política de afirmação cidadã. O Sistema de Ensino apresenta um espaço privilegiado na integração entre as propostas do Estado e a sociedade civil.

Este projeto, junto a uma multiplicidade de experiências pedagógicas, possibilita a renovação das práticas educacionais, onde a divulgação e a produção de conhecimentos visam a formação de atitudes, posturas, e valores que eduquem o cidadão orgulhoso de seu pertencimento cultural e étnico-racial.

A História aqui é encarada como um projeto educativo, como expressão de memórias e identidades. Optar por trabalhos que abordem as temáticas indígenas e africanas em sala de aula é estimular o convívio na diferença, é promover a tolerância e a compreensão da pluralidade cultural que compõem os cotidianos brasileiros de vivências. Um processo marcado pelo conhecimento mútuo, pela aceitação das diferenças e pelo diálogo. É a preocupação com as possibilidades de uma educação para o respeito a diversidade sócio-cultural.

Em tempos de guerras e violências generalizadas, a reflexão sobre as lições da História e suas concepções de mundo e de vida constitui um campo fértil para pensarmos o país e o futuro que queremos.

Referência Bibliográfica:

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/ CONSELHO PLENO/DF. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2004

CUNHA JR, Henrique. Nós, afro-descendentes: História africana e afro-descendentes na cultura brasileira. *In*: JERUSE, Romão. História da Educação do Negro e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. São Paulo: Fundação Apoio à Universidade de São Paulo; Ed.34, 1999.

KI-ZERBO, Joseph. História da África Negra – Vol.1. Paris: Publicações Europa-América. 1972.

Fonte de Financiamento:

PROGRAD-UFG/ PROLICEN

